18:34 89%

Opinião do GLOBO

Acordo entre Lula e Tarcísio é exemplo em país polarizado

Recuo do presidente e parceria com o governo paulista no túnel entre Santos e Guarujá devem ser celebrados

Representa um avanço institucional o recuo do governo Luiz Inácio Lula da Silva na ideia de construir sozinho o túnel que ligará as cidades de Santos e Guarujá, no litoral paulista. A obra, que integra o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal e é orçada em R$ 6 bilhões, era também reivindicada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro no governo Jair Bolsonaro e um dos principais antagonistas do PT na cena nacional. A conversa entre dois adversários políticos para pôr em marcha um projeto em benefício da população é fato tão raro nestes tempos de polarização ideológica que precisa ser celebrada.

Na terça-feira, uma reunião entre Lula, Tarcísio e colaboradores em Brasília transcorreu de forma profissional e cordial, misturando assuntos técnicos, política e futebol. No final, ficou acertado que o túnel de 860 metros de extensão será construído em conjunto pela União, pelo estado de São Paulo e por uma parceria público-privada (PPP). Cada governo destinará R$ 2,7 bilhões à obra, e o restante será bancado com a receita de pedágio auferida pela empresa que vencer a concessão da PPP.

O projeto de construção do túnel havia erguido uma barreira entre Lula e Tarcísio. Como mostrou o colunista Lauro Jardim, do GLOBO, Tarcísio considerava inaceitável que o estado ficasse fora da obra, quando o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, é filiado ao Republicanos. O governador ameaçou até deixar a legenda caso o impasse não fosse resolvido. O próprio Costa Filho trabalhou para costurar o acordo com Lula.

A construção de um túnel entre Santos e Guarujá é cogitada há pelo menos 96 anos. A ligação atual, por meio de balsa, leva cerca de 20 minutos. Ou então é preciso dar uma volta por uma estrada de 43 quilômetros, num trajeto que pode levar uma hora. Estima-se que a travessia pelo túnel levará menos de dois minutos. A obra beneficiará cerca de 80 mil pessoas por dia.

Não seria razoável que esse projeto essencial para melhorar o transporte em região tão relevante para o Brasil ficasse ao sabor de disputas políticas ou ideológicas. O que deve nortear as decisões é o interesse da população. A cooperação entre os governos federal e estadual será melhor para todos, uma vez que os custos poderão ser divididos, aliviando o caixa dos dois lados. A parceria permitirá ainda maior agilidade, pois facilitará a integração entre os diversos órgãos envolvidos no projeto.

Não é a primeira vez que Lula e Tarcísio deixam de lado divergências políticas em prol de interesses maiores. No ano passado, presidente e governador atuaram juntos na resposta à catástrofe das chuvas no Litoral Norte de São Paulo. A aproximação, mais que necessária para facilitar o socorro às vítimas, foi celebrada por políticos de ambos os lados, apesar da reação de estranhamento da militância nas redes sociais.

Nada deve haver de extraordinário no fato de políticos de colorações ideológicas ou partidárias diversas se unirem para defender os interesses da sociedade em questões cruciais. Sempre deveria ser assim, mas infelizmente tem sido fato raro no país. Num clima de polarização, a preocupação com o efeito na militância costuma vir em primeiro lugar, e a população que se vire. O acordo Lula-Tarcísio deveria inspirar outras parcerias entre adversários políticos. Seria um alento.

Maduro demonstra que não quer promover distensão na ditadura

Ao retirar das urnas a maior líder da oposição, ditador venezuelano sufoca esperança de transição democrática

O ditador Nicolás Maduro comprovou na semana passada não ter intenção de promover nenhuma distensão na Venezuela. O Tribunal Supremo de Justiça, que não tem independência e onde todos os juízes foram nomeados pelo regime chavista, tornou inelegível por 15 anos a principal líder da oposição, María Corina Machado. Outros políticos também foram afastados das urnas. A decisão da Justiça é reveladora por desnudar o temor de Maduro. Sua impopularidade é tão grande que ele não se sente mais à vontade para disputar as eleições presidenciais deste ano recorrendo somente à fraude, como fez repetidas vezes no passado. Pesquisa recente mostrou María Corina com 70% das intenções de voto, ante 9% para Maduro.

Levou apenas três meses para ele sufocar a esperança de saída democrática para a catástrofe econômica e social vivida pelos venezuelanos. Em outubro, um acordo entre o regime chavista e representantes da oposição, costurado com a ajuda da comunidade internacional, inclusive o Brasil, prometia eleições presidenciais competitivas. O governo americano chegou a anunciar a suspensão por seis meses de sanções impostas aos setores de petróleo, gás e ouro. As medidas foram saudadas como positivas, por apontar uma saída negociada para a ditadura. Agora ficou comprovado que o herdeiro político de Hugo Chávez não pretende recuar do autoritarismo. Desde o início do ano, a onda de perseguições, intimidações e prisões arbitrárias de adversários políticos cresceu.

Em entrevista ao GLOBO, María Corina, questionada sobre seu plano de luta daqui para a frente, respondeu com uma pergunta: o que fará a comunidade internacional? Até o momento, a reação americana foi mais enfática nas palavras que nos atos. O governo Joe Biden criticou a decisão da Justiça, condenou as perseguições e detenções e afirmou que reveria a política de sanções. A única que voltou a impor proíbe transações com a estatal de mineração da Venezuela. Extraoficialmente, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva considerou os últimos acontecimentos um retrocesso, mas ainda não se manifestou.

A ditadura chavista não é uma chaga apenas para os venezuelanos. O regime causa dor de cabeça tanto para Biden quanto para Lula. Para os Estados Unidos, as preocupações são a onda migratória e o mercado internacional de petróleo. Para o Brasil, o garimpo ilegal na reserva ianomâmi, que usa a Venezuela como base de apoio, e a crise na Guiana. Lula alcançou uma vitória diplomática ao obter de Maduro um recuo no rumo bélico que vinha tomando sua pretensão sobre dois terços do território guianense. Mas é preciso não criar ilusões. São conhecidas as simpatias ideológicas de Lula e sua proximidade do chavismo. Ele deveria tê-las aproveitado para, a exemplo do que fez no caso da Guiana, tentar convencer Maduro a realizar eleições livres.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
carta@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

Negacionismo da corrupção

A decisão do ministro Dias Toffoli de suspender por tempo indeterminado os pagamentos referentes ao acordo de leniência fechado entre a Odebrecht e o Ministério Público Federal, com a participação da União e homologado pela Justiça, parece ser um teste para a posterior anulação desse e de outros acordos. Um ensaio que começou há certo tempo, diga-se.

Há uma Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental impetrada ironicamente pelo PCdoB em favor da empreiteira, sob relatoria do ministro André Mendonça. Mas já não é a primeira vez que Toffoli é acionado por uma empresa para driblar o relator da principal ação que trata do tema.

Os vazamentos de conversas de procuradores da força-tarefa da Lava-Jato, a princípio tratados com parcimônia pelo Supremo Tribunal Federal por serem prova ilegal, aos poucos foram sendo institucionalizados e se tornaram a justificativa a pautar todas as anulações de condenações e, agora, ao que tudo indica, dos acordos de leniência.

Caso o STF chancele essa e as outras decisões de Toffoli, beneficiando a Odebrecht e também a J&F, e, depois, anule os acordos dessas empresas e das demais empreiteiras da Lava-Jato, um impasse crucial estará colocado diante do governo Lula: aceitará a decisão, uma vez que corrobora a narrativa do próprio presidente de que a operação não passou de uma armação para tirá-lo do jogo político, ou recorrerá?

Afinal, se houve coação para que os investigados delatassem e selassem os acordos, e eles foram anulados por vício de origem, não basta cessar seus efeitos. As empresas precisam ser ressarcidas do que pagaram indevidamente, além de caber uma série de outras ações por danos morais e materiais pelos prejuízos causados. A União terá de devolver o dinheiro já pago em leniência e multas. Esse risco já foi antecipado para a área econômica do governo, e não é preciso dizer que uma decisão dessas bagunçaria ainda mais as contas públicas que Fernando Haddad tenta colocar em ordem.

> ***Não é possível reduzir as investigações do petrolão a um complô para atingir Lula e o PT***

Toffoli deu à antiga Odebrecht tempo indeterminado para revirar todos os arquivos obtidos dos vazamentos, consolidados pela Operação Spoofing. Dificilmente submeterá tão cedo o caso à turma para que decida se mantém ou derruba suas liminares. Mas o Supremo, que, a julgar pela revisão que vem fazendo da Lava-Jato, já errou antes, estará se omitindo se deixar permanecer a indefinição sobre tema tão sério.

Não é possível reduzir as investigações do petrolão a um complô para atingir Lula e o PT. Isso significaria assumir que, para além dos excessos cometidos pelos procuradores, de fato consignados nas mensagens, teria havido participação ativa de autoridades da Suíça e dos Estados Unidos na perseguição. Sem falar, no mínimo, em omissão grave de várias instâncias superiores da Justiça, incluindo o próprio STF.

Trata-se de caso claro de negacionismo. Depois de dizer que não voltaria ao poder em busca de revanche ou de reescrever o passado, Lula tem dedicado bastante energia a fazer justamente isso. Depois de, em entrevista ao Jornal Nacional, dizer que o fato de várias pessoas terem confessado crimes mostrava que houve corrupção, passou nas declarações mais recentes a negar o conjunto da obra, e não apenas a sua participação nos desvios.

O STF joga na confusão e permite que paire imensa insegurança jurídica, deletéria para a União. Permite que se coloquem no mesmo balaio casos diferentes — a J&F, não custa lembrar, não fez acordo de leniência em razão da Lava-Jato, mas de outras operações — e se crie a narrativa de que absolutamente tudo o que foi apurado no petrolão foi uma invenção. É preciso que a Corte, no seu colegiado, diga se é isso mesmo e, se for, peça desculpas por ter permitido a farsa. A atual situação de ensaio geral da pizza para ver se cola não pode permanecer indefinidamente.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Visser da, Fábio Bartolosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@oglobo.com.br
Saúde: Arthur Dias Lopes - arthur.a.dias@oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Vozes e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Giulari - qgd@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Dantas - dantas@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Vera Caruso - veracaruso@oglobo.com.br
Bairros: Viktor Carmon Filho - mailicio@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais ps: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não entra em contato para cobranças de multa ou renovação de assinatura. Desconfie e qualquer contato a respeito desses temas. Fique de O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para verificar o status de seu jornal.

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350 Missas, religiosos e Kinofone: (21) 2534-4313 Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

Leia mais e fale pagina Carta ao FSC

CARBON FREE